

## Modelo do Comportamento Económico da Família Rural Africana

*José Negrão, Ph.D.*

Evidência empírica e histórica construída permite definir a família rural como a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição das sociedades rurais Africanas. Subentende-se que a agricultura representa uma fonte de rendimento indispensável mas não exclusiva e que o comportamento de cada unidade singular é parte integrante de um todo onde reside a reprodução social e o seguro contra riscos.

A primeira característica a reter é que as funções de produção e de consumo são interdependentes nos processos de tomada de decisão sobre a adjudicação de recursos, ou seja não é possível aplicarem-se modelos económicos que considerem a firma como unidade produtiva e o lar como unidade de consumo.

Uma segunda característica de salientar é que a função de distribuição também se coloca ao nível da família rural. A distribuição dos factores de produção de acordo com o rendimento e a sua acumulação em bens ou obrigações é essencial para as relações sociais e económicas entre as famílias rurais.

Uma terceira característica é que na população alvo não houve desenvolvimentos tecnológicos significativos nas actividades agrárias das famílias rurais nos últimos cem anos.

### *Função de Produção*

A família rural é uma unidade de produção, ela produz um resultado. Resultado que pode ser agrícola, mas que pode também incluir os provenientes da criação de gado, artesanato, pequenas indústrias, comércio e do mercado informal. Mais ainda, o resultado da adjudicação do tempo de trabalho da família pode ser o salário ou pagamentos auferidos nas zonas rurais ou nos centros urbanos.

Porém, apesar dos vários resultados conseguidos pela família rural, há um que é indispensável - o da agricultura - aquele que, por livre vontade da família não é completamente substituído pelas outras fontes de rendimento. Se ele é o principal ou não depende de vários outros factores, como sejam as condições ambientais, os termos de troca, o mercado de trabalho e o sistema fiscal em vigor.

Como a agricultura é indispensável, torna-se vital para a família rural ter acesso à terra. Quer como detentora de uma ou mais machambas, como arrendatária ou como senhor de terras a família desenvolve uma relação com a terra que não está alheia a factores externos sobre os quais não tem controlo. Esta relação está dependente do sistema de uso da terra que estabelece as normas de acesso, posse, transmissão e alienação.

Embora os sistemas de uso da terra tivessem preservado o acesso, houve uma ameaça quase que permanente à sobrevivência e à reprodução social, que forçou que a minimização dos riscos se tornasse mais importante que a maximização dos lucros desta unidade produtiva. Dois elementos resultaram do confronto entre a família rural e as pressões externas, a garantia de ter o indispensável resultado agrícola e a divisão do uso do tempo de trabalho dos membros em actividades agrícolas e extra-agrícolas. Assim, as famílias rurais são aquelas cuja segurança última reside nos direitos do uso da força de trabalho dos seus membros [Saul&Woods,1971].

Não há confirmação histórica de que a minimização dos riscos pela família rural exclua a maximização dos lucros, mas de que esta surge sempre que a sobrevivência e a reprodução social estão assegurados. É errado

assumir-se que a família rural no momento em que satisfaz as suas necessidades básicas deixa de ter interesse em alcançar lucros [Rosenzweig,1988], ou afirmar que a racionalidade do comportamento económico das famílias rurais moçambicanas é "culturalmente" determinada pela satisfação das necessidades básicas [Serra,1991].

É possível assim caracterizar uma função de produção agregada:

- i. pode ser mensurada através do tempo de trabalho empregue para a obtenção dos correspondentes rendimentos;
- ii. primeiramente ela assegurar a produção dos rendimentos agrícolas considerados indispensáveis; e,
- iii. como qualquer outra função de produção que lida com o mercado, procura maximizar os lucros dentro das restrições e dos limites impostos por factores que lhe são exógenos.

#### *Função de Consumo*

A família rural é também uma unidade de consumo. Ela consome não só a sua própria produção mas também o que é comprado, trocado ou recebido a crédito. O consumo tem por objectivo a satisfação das necessidades da família, que são o que é diariamente gasto pelos membros, na reprodução social e no cumprimento das obrigações sociais, como sejam o pagamento de impostos, os compromissos das alianças entre linhagens e as festividades. Obviamente que as mesmas pressões exógenas que a afectam enquanto unidade de produção também estão presentes enquanto unidade de consumo. Ou seja, os resultados são orientados primeiro para a minimização dos riscos e em segundo lugar para o bem estar da família.

Neste sentido, não tem significado tentar-se definir a família sómente como aquela que partilha do mesmo teto ou da mesma panela. Da mesma maneira que membros da mesma família podem dormir em tetos separados (migração sazonal masculina) também pode acontecer haver diferentes painéis, sem com isso se iludir o cumprimento das obrigações sociais da família. É errado confinar-se a unidade de consumo à dimensão espacial do lar [Meillassoux,1975; UNICEF,1994; Johnson et.al.,1990]. A família é '*não sómente acomodação e alimentação, ela partilha rendimentos, camas, corpos, segredos, contas bancárias, linhagem, riqueza, parentesco, recreação, arrendamentos, descendentes (...) o repertório cultural da linhagem com complexas redes de obrigações e responsabilidade, demasiado valiosas para serem negligenciadas, especialmente, em situações de adversidade*' [Russell,1992,p.15].

Como unidade de consumo a família rural tem uma função de bem estar que não só representa a soma dos benefícios ou utilidades dos seus membros mas também, o que é mais relevante, a utilidade holística através da segurança da reprodução social. Seria demasiado fácil restringir a utilidade dos membros da família à satisfação das suas necessidades de subsistência [Klein,1980] ou confinar a família aos residentes no mesmo lar [World Bank,1990]. De facto, nem as necessidades são exclusivamente de subsistência nem a soma dos indivíduos no lar equivale às necessidades de toda a família. A função de bem estar social da família rural agrega as utilidades dos seus membros e incorpora os sistemas de alianças entre linhagens como garantia para a reprodução social.

O total bem-estar da família não é mensurável, mas é possível saber quando é que ela prefere uma situação a outra. Um denominador comum das preferências individuais e colectivas é a adjudicação do tempo de trabalho dos membros em actividades produtivas agrícolas ou extra-agrícolas. O critério de avaliação das preferências é dado por uma variável endógena e outra exógena. A variável endógena é a do rendimento em espécie que determina a quantidade de tempo que deve ser despendido na satisfação das necessidades básicas e no cumprimento das obrigações de reprodução. Há dois constrangimentos à eficiência desta variável: o recrutamento compulsório do tempo de trabalho por um terceiro e a adjudicação de tempo para a produção do resultado agrícola indispensável para que não haja fome. A variável exógena é a do rendimento em numerário que consome mais ou menos tempo de trabalho dos membros da família de acordo com o desempenho e as características dos mercados. Assim, a eventual eficiência económica que é procurada pelo reajustamento estrutural, irá requerer muito mais do que a simples realocação do tempo de trabalho da produção para auto-consumo para a produção de comerciáveis, uma vez que há tempo de trabalho que não pode ser realocado e porque a sua adjudicação ao rendimento em numerário está dependente de vários constrangimentos, como sejam, as taxas salariais, os preços de mercado para os produtos agrícolas, e as oportunidades do mercado informal.

A função de consumo ou melhor, de bem-estar social, caracteriza-se por:

- i. ser medida pela soma do tempo de trabalho adjudicado às actividades produtivas agrícolas e não-agrícolas;
- ii. incluir a utilidade derivada do cumprimento das obrigações sociais;
- iii. distribuir-se ao longo de uma variável dependente (rendimento em espécie) e de uma variável independente (rendimento em numerário) cuja substitutabilidade de uma por outra não é perfeita.

#### *Função de Distribuição*

A família rural é também uma unidade de distribuição, no sentido em que ela distribui os factores de produção de acordo com as fontes e o tipo de rendimento. Há dois tipos de rendimento que se complementam no orçamento familiar - o rendimento em espécie e o rendimento em numerário. Em cada tipo de rendimento os factores de produção são distribuídos entre a agricultura e fora da agricultura. Em condições perfeitas de mercado os recursos seriam adjudicados de acordo com a sua produtividade marginal com vista a se alcançar o equilíbrio entre a oferta e a procura de cada factor de produção. Mas os mercados não são perfeitos. Com efeito, a história mostra-nos que as famílias rurais desenvolveram as suas instituições para o relacionamento com as imperfeições dos mercados. No nossos dias, tal como no passado, as famílias continuam a recorrer a complexas redes sociais de alianças entre linhagens para amortecer as flutuações e as imperfeições dos mercados, para minimizar os riscos, para garantir a reprodução, e como colateral do crescimento das famílias aliadas.

O tempo de trabalho da família é prioritariamente adjudicado à produção dos resultados agrícolas indispensáveis, o que inclui a produção agrícola em espécie e em numerário. Obviamente que a quantidade de tempo de trabalho adjudicada à agricultura para rendimentos em numerário está directamente dependente dos preços do mercado face à alternativa do uso do tempo para ganhos salariais ou do mercado informal. Dadas as incertezas e riscos das alternativas, a família rural opta pela distribuição do tempo dos seus membros pelo maior número possível de fontes de rendimento em numerário. A distribuição do tempo de trabalho pela variável de rendimento em numerário é assim diversificada por tantas quantas as oportunidades que o mercado oferece. No lado da variável de rendimento em espécie a quantidade de tempo disponível varia com aquele que é absorvido na angariação de rendimentos em numerário. As alianças entre linhagens são chamadas a intervir sempre que se verifica um défice em trabalho na variável de rendimento em espécie, através, por exemplo do casamento com uma segunda mulher ou do uso do trabalho infantil da família alargada.

O ponto de equilíbrio seria o da utilização do tempo de trabalho na variável em espécie para cobrir o autoconsumo e a adjudicação de tempo para a variável de rendimento em numerário para cobrir as despesas monetárias da família. Porém, como tal equilíbrio não existe devido às imperfeições do mercado e os preços do mercado para as culturas de rendimento não equivalerem à totalidade dos retornos do emprego e do mercado informal, as alianças tornam-se indispensáveis para cobrir os riscos em que se incorre com a migração sazonal do trabalho.

A distribuição da terra entre as variáveis de rendimento em numerário e em espécie, também está sujeita à dinâmica imposta pela distorcida produtividade marginal da terra. Somente em circunstâncias excepcionais é que a terra adjudicada a actividades não-agrícolas de rendimento em numerário oferece um retorno suficientemente alto que possa justificar a sua alienação. Por que o sistema de uso da terra é controlado pelo Estado ou por interesses monopolistas, as oportunidades para especulação com a terra em mercados externos são muito remotas. A única forma de aumentar o rendimento em numerário é o aluguer temporário de pequenas parcelas de terra entre os membros da comunidade. Como o acesso à terra é essencial para a produção do rendimento agrícola indispensável, o cumprimento das obrigações das alianças entre linhagens torna-se muito mais "rentável" do que a alienação da terra ou especulação através do arrendamento.

Há ainda a considerar os problemas relacionados com a localização das terras e os custos de transação que lhe são implícitos. Muitas vezes as famílias rurais foram impedidas para terras marginais, onde os solos são

pobres, a produtividade é baixa, as culturas não são cotadas no mercado internacional e as distâncias são longas. Em tais circunstâncias a terra necessária para o produto agrícola em espécie é muito maior do que seria em terras não-marginais, isto é, mais tempo de trabalho é requerido para adquiri-lo devido à permanente rotação das machambas. Por outro lado, devido às distâncias e à baixa cotação das culturas, o uso da terra para a produção de excedentes pode ser quase que negligenciado quando comparado com os retornos provenientes do uso do tempo de trabalho em oportunidades alternativas de rendimentos em numerário. Quando tal acontece, a terra não é usada para a produção de excedentes, a migração envolve a maioria dos membros masculinos da família, e as alianças entre linhagens são reforçadas para cobrir o vazio deixado na variável em espécie e para assegurar o acesso a terra às gerações vindouras.

Satisfeito o consumo, os rendimentos são distribuídos por adicionais e multiplicadores, tanto da variável em espécie quanto da variável em numerário. O capital para a multiplicação do rendimento em numerário, pode ser aplicado à agricultura, contudo, os dados empíricos recolhidos sugerem que tal só acontece quando satisfeitas em simultâneo duas condições, os retornos serem equivalentes ou maiores que os resultados obtidos se o investimento fosse fora da agricultura, e se as alianças entre linhagens não forem ameaçadas devido, por exemplo, à expropriação de terras ou ao não reconhecimento de compromissos financeiros previamente assumidos. Porém, para a grande maioria das famílias rurais a simultaneidade entre estas duas condições nunca acontece, havendo, portanto uma aplicação preferencial do capital em duas frentes ao mesmo tempo, como multiplicador fora da agricultura e como adicional no reforço dos sistemas de alianças. As alianças são assim a garantia da reprodução da família e o seguro dos riscos incorridos quando do investimento.

A rigor, a distribuição dos factores de produção tem a ver com mais factores do que a simples extensão vertical ou horizontal do lar [Binswanger&McIntire,1987], ou com o facto do lar ser encabeçado por um homem ou por uma mulher [Russell,1992; Mafeje,1991; UNICEF,1994]. É também mais complexo do que a simples agregação das famílias nucleares ou alargadas em casas ou lares sujeitas a um ciclo de desenvolvimento [Ellis,1988; Russell,1992]. A distribuição envolve um dinâmico sistema de alianças de linhagens, que tem por apogeu o casamento, o momento em que a coabitação de um homem e de uma mulher implica a transferência de trabalho de uma para outra linhagem, a adjudicação de terra a um membro de outra linhagem e a aplicação do capital produzido pelo membro da linhagem A como multiplicador ou adicional da linhagem B [Cóquery-Vidrovitch,1985]. É por isso que não é relevante falar-se do ciclo de vida do casal ou do lar, uma vez que em cada linhagem há sempre alguém a casar, a morrer ou a nascer. É nas permanentes inter-relações entre a família rural e as alianças de linhagens implícitas ao casamento que reside a dinâmica do mundo rural [Shanin,1971; 1973; Isaacman,1989]. A existência de grande número de lares de famílias nucleares, encabeçados por um homem ou por uma mulher, não significa que as alianças foram preteridas em favor da nuclearização da família [Russell,1992; Mafeje,1991]. Pelo contrário, no presente contexto macro-económico, é muito pouco provável que a miríade de mecanismos institucionais para lidar com a reprodução social, co-participação de riscos e de incentivos [Rosenzweig,1988; Mafeje,1991] possa dar lugar à atomização da família nuclear [Bernstein,1977; Kongstad & Monsted,1980].

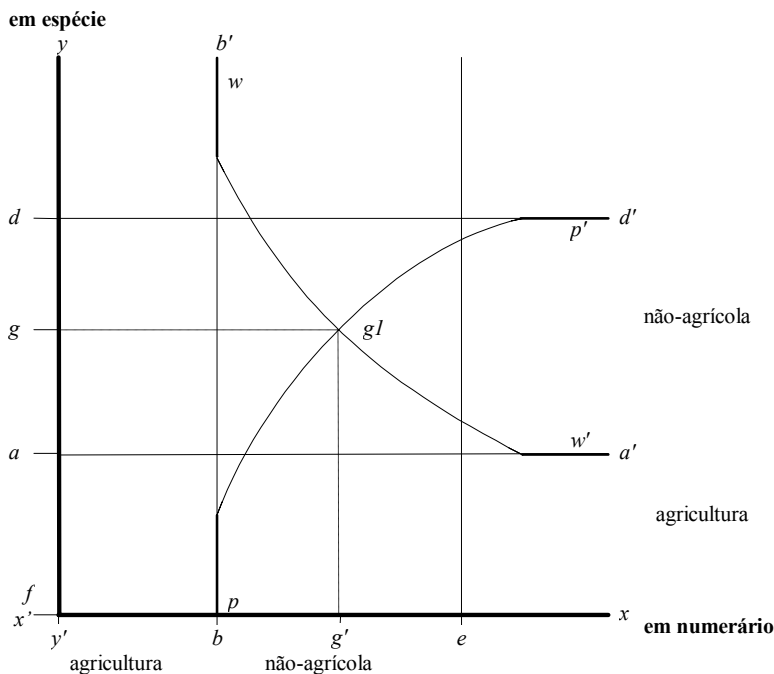
Em suma, a função de distribuição da família rural caracteriza-se por:

- i. ela adjudica os factores de produção de acordo com a velocidade do retorno e com o custo de oportunidade dos inter-relacionamentos sociais e económicos das famílias rurais;
- ii. ela está dependente dos sistemas de alianças como garantia para a reprodução da família e como segurança contra os riscos específicos de qualquer eventual investimento;
- iii. ela aplica o capital em duas frentes simultâneas, como multiplicador na agricultura ou fora dela e como adicional no reforço dos sistemas de alianças.

Assim, foi representada em gráfico a distribuição do tempo dos membros da família rural em função do tipo de rendimento [Negrão,1995]. Teve-se por premissas:

1. 'trade-off' ou relação causal negativa, entre a adjudicação de tempo para as actividades de rendimento em espécie (extra-mercado ou não-comerciáveis) [ $y-y'$ ] e actividades de rendimento em numerário (mercado e comerciáveis) [ $x-x'$ ];
2. a substituição das actividades de rendimento em espécie pelas actividades de rendimento em numerário torna-se imperfeita abaixo da linha de "segurança alimentar" [ $a-a'$ ];
3. na variável em espécie o tempo usado na agricultura [ $f-a$ ] não é substituível, e o tempo usado extra-agricultura [ $a-d$ ] inclui, por exemplo, "trabalho doméstico", trabalho infantil,

- cumprimento das obrigações sociais, e "lazer" ou tempo perdido devido ao sub-emprego ou desemprego;
4. na variável em numerário o tempo usado na agricultura [ $f-b$ ] inclui, produção de excedentes e de culturas de rendimento, enquanto que o uso do tempo extra-agricultura [ $b-e$ ] inclui emprego/salário, actividades no mercado informal e extracção compulsória do trabalho (pagamento de impostos em trabalho e "exploração").



Comportamento económico da família rural africana

Um hipotético balanço perfeito [ $gI$ ] (igual utilidade para a unidade de trabalho de tempo em ambas as variáveis) seria alcançado na conjugação do tempo extra-mercado (rendimento em espécie) na agricultura [ $f-a$ ] mais extra-agricultura [ $a-g$ ], com tempo para mercado (rendimento em numerário) na agricultura [ $f-b$ ] mais extra-agricultura [ $b-g'$ ].

Em condições de mercado perfeitas, o que exclui a presença de desemprego no eixo de em espécie e a extracção compulsória do trabalho no eixo em numerário, ambas as funções de produção e de bem estar podem ser representadas no gráfico.

A função de bem estar está representada pela linha [ $w-w'$ ]. Porque a utilidade pode ser alcançada através de várias combinações de rendimentos em espécie e de rendimentos em numerário a linha é curva e não direita. Principais características:

- i. devido ao balanço perfeito, o consumo de tempo indispensável para o rendimento agrícola deve ser balanceado com equivalente consumo de tempo no rendimento em numerário (que arbitrariamente estipulou-se ser a agricultura em numerário - excedentes e culturas de rendimento) assim, a função de bem estar não se pode mover para a esquerda de [ $b-b'$ ] ou abaixo da linha de "segurança alimentar" [ $a-a'$ ];
- ii. então, a função de bem estar da família requer que o uso da terra para actividades extra-mercado (produção de não-comerciáveis), não possa ser substituída pelas actividades para o mercado (produção de comerciáveis).

A representação da função de produção implica uma alteração da premissa número 1. Em lugar de uma relação negativa causal há uma relação positiva causal entre o resultado proveniente da adjudicação de factores de produção às actividades de rendimento em espécie [ $y-y'$ ] e às actividades de rendimento em numerário [ $x-x'$ ]. A sua representação no mesmo gráfico torna-se possível devido à adopção do tempo como

mesmo denominador comum. Sendo assim, a alteração da premissa número 1 não interfere na função de bem estar já definida, pelo contrário, passa a ser possível o estabelecimento de uma interligação entre ambas funções. Noutras palavras, tal como no mundo real, as funções de produção e de consumo foram mantidas interdependentes no processo de tomadas de decisões da família rural.

A função de produção está representada pela linha  $[p-p']$ . Porque o rendimento pode ser alcançado através de várias combinações de utilização dos factores nas variáveis em espécie e em numerário a linha é curva e não direita. Principais características:

- i. devido ao balanço perfeito, o indispensável rendimento em espécie tem de ser balanceado com o equivalente rendimento agrícola em numerário (excedentes e culturas de rendimento), sendo assim, a função de produção não se deve mover para a esquerda de  $[b-b']$  ou acima da "linha de retorno diminuído"  $[d-d']$ ;
- ii. assim, a função de produção da família requer que o uso da terra para a produção de não-comerciáveis seja complementada pela produção de comerciáveis;
- iii. a poupança encontra-se entre  $[g']$  e  $[e]$ . Ela pode ser alcançada por duas vias: pelo aumento das produtividades (desenvolvimento tecnológico, melhores salários, termos de troca mais favoráveis) e pelo aumento das unidades de trabalho (poligamia e recurso ao trabalho infantil).

No entanto, como os mercados não são perfeitos, os movimentos das funções de bem estar e de produção para a esquerda da linha  $[b-b']$ , abaixo de  $[a-a']$  e acima de  $[d-d']$ , são regularidades do mundo rural africano. De acordo com o gráfico, as reacções aos mercados imperfeitos podem ser:

- i. no caso de movimento da função de bem estar para a esquerda de  $[b-b']$ , que deriva de constrangimentos exógenos impostos ao mercado, a família rural tem falta de bens de consumo que eram supostos ser adquiridos com os rendimentos monetários provenientes da comercialização dos excedentes ou das culturas de rendimento;
- ii. no caso de movimento da mesma função abaixo de  $[a-a']$ , que deriva de calamidades naturais, instabilidade social ou esgotamento dos solos, a família rural depara-se com falta de alimentos e fome;
- iii. no caso de movimento da função de produção para a esquerda de  $[b-b']$ , também derivada de constrangimentos exógenos impostos ao mercado, a família rural tem falta de dinheiro ou numerário;
- iv. no caso de movimento desta mesma função acima de  $[d-d']$ , que deriva da extracção compulsória de trabalho, a família rural enfrenta uma situação de falta de força de trabalho.

Ao compreender-se como são tomadas as decisões das famílias rurais africanas sobre como adjudicar o tempo de trabalho, sobre quando usar a linhagem como colateral, sobre quanto poupar, sobre onde investir e sobre quanta propriedade adquirir ou vender, torna-se mais fácil definir onde a actuação das organizações não governamentais e das agências internacionais deve incidir e quais os pacotes de acções que pode compreender.

### Referências

- Bernstein**, Henry. 1977. Notes on Capital and Peasantry. *Review of African Political Economy*. No.10.
- Binswanger**, Hans & John McIntire. 1987. Behavioral and Material Determinants of Production Relations in Landabundant Tropical Agriculture. *Economic Development and Cultural Change* Vol.36, No.1, October 1987; The University of Chicago.
- Cóquery-Vidrovitch**, C. 1985. Réflexions d' historienne. *Canadian Journal of African Studies*, Vol 19, No.1
- Ellis**, F. 1988. Peasant Economics; Cambridge University Press, Cambridge.
- Isaacman**, Allen. 1989. Peasants and Rural Social Protest in Africa; *Working Paper* No.1, Series 1; Institute of International Studies; University of Minnesota.
- Johnson** et.al., 1990. Income and Expenditure in a System of Household Accounts: Concepts and Estimation; The World Bank, Washington.
- Klein**, M. (ed.) 1980. Peasants in Africa; Sage, Beverly Hills.

- Kongstad**, Per & M.Monsted. 1980. Family, Labour and Trade in Western Kenya; Centre for Development Research, Copenhagen.
- Low**, Allan. 1986. Agricultural Development in Southern Africa. Farm-Household Economics & Food Crisis; James Currey, Ltd; London.
- Mafeje**, Archie. 1991. African Agriculture: the Next 25 Years - Old Problems. Old Solutions and Scientific Foibles. *Africa Development*, Vol.XII, No.2, 1987; CODESRIA; Dakar.
- Meillassoux**, Claude. 1975. Femmes, Greniers & Capitaux; François Maspero, Paris.
- Negrão**, José. 1995. One Hundred Years of African Rural Family Economy: the Zambezi delta in retrospective analysis; Lunds Universitet/Reprocentralen, Lund.
- Rosenzweig**, Mark. 1988. Labor Markets in Low-Income Countries. in: Chenery&Srinivasan (eds.). 1988. Handbook of Development Economics, Vol. 1.
- Russell**, Margo. 1992. Do Swazis Have Households? Why the Unit of Analysis Matter; University of Witwatersrand, mimeo.
- Saul**, John & R. Woods. 1971. African Peasantries. in: T. Shanin (ed.); Peasants and Peasant Societies; Penguin, London.
- Serra**, Almeida. 1991. Política Agrária e Desenvolvimento Económico e Social na República de Moçambique, 1975-1985. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, mimeo.
- Shanin**, Teodor. 1971. The Awkward Class; Clarendon Press, Oxford.
- Shanin**. Teodor. 1973. The Nature and Logic of the Peasant Economy. *Journal of Peasant Studies*, No.1.
- UNICEF**. 1994. The Situation of Children and Women in Mozambique; Coopimagem, Maputo.
- World Bank** .1990. Making Adjustment Work for the Poor: a Framework for Policy Reform in Africa; Washington.